

Jornalismo como instrumento de cidadania:

Uma análise da cobertura jornalística sobre pessoas com deficiência realizada pelos jornais impressos Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos

Aline de Oliveira Rios*

2005

Índice

1	Jornalismo e Pessoas com Deficiência: uma discussão aprofundada	2
1.1	Compreendendo o Jornalismo . . .	2
1.2	O Jornalismo como um método de conhecimento	6
1.3	Etapas metodológicas	8
1.4	As categorias	9
2	Pessoas com deficiência ao longo do tempo: Uma história de cidadania	11
2.1	Conquistas de Cidadania	13
2.2	Políticas Públicas, documentos e Ong's	14
2.3	Documentos importantes	15
2.4	Influências no Contexto Brasileiro	16
2.5	Legislação	17
2.6	Entraves Políticos	18

Apresentação

Essa monografia traz uma análise sobre como a mídia impressa – representada no estudo realizado sob os jornais Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos

– realiza a cobertura jornalística em pautas que envolvem pessoas com deficiência.

Ainda que atualmente existam muitas iniciativas em torno da preservação dos direitos das pessoas com deficiência, em muitos espaços (inclusive na mídia) isso não se reflete de maneira adequada. Em termos jornalísticos, existem algumas lacunas a serem preenchidas nesse campo, e apesar de todo o trabalho que vem sendo realizado por diversos segmentos como, por exemplo Ong's como a Escola da Gente, é preciso que se pense e se discuta a questão com profundidade.

O primeiro capítulo dessa monografia introduz o leitor na problemática central, associando os procedimentos metodológicos aos conceitos teóricos que norteiam a realização dessa pesquisa. No capítulo seguinte, procurou-se retratar o desenvolvimento da cidadania das pessoas com deficiências, desde a antiguidade clássica, quando se adotava um modelo de tratamento baseado na exclusão, até aos dias de hoje, onde se procura desenvolver o novo paradigma inclusivo. No terceiro momento dessa série de capítulos iniciais constam informações sobre o

*Acadêmica da 4^a de Jornalismo - Universidade Estadual de Ponta Grossa

que já existe de publicações envolvendo pessoas com deficiência e jornalismo.

Apesar de muito preliminar, a série de capítulos iniciais já consegue antecipar algumas das noções que serão discutidas dentro do corpo teórico desse texto. Ainda assim, existe muito trabalho a ser feito e, longe de se promover uma discussão centrada em bases objetivas, o que se pretende é apontar um estudo que traga desde os problemas reais enfrentados pelos jornalistas em suas rotinas de produção, até as necessidades e direitos que as pessoas com deficiências e demais leitores têm no campo das coberturas jornalísticas.

1 Jornalismo e Pessoas com Deficiência: uma discussão aprofundada

Explicitar a forma como a mídia impressa retrata temas relacionados à pessoas com deficiência não é uma tarefa fácil. É preciso ter os objetivos muito claros, para que não se corra o risco de discutir o assunto de maneira tangencial em função de sua amplitude. Dessa forma, optou-se, nesse primeiro capítulo, por realizar a introdução aos dois campos, que constituem instâncias complementares, que embasam a realização dessa pesquisa: o corpo teórico adotado e os procedimentos metodológicos desenvolvidos.

A presente pesquisa propõe a realização de uma análise sobre como é realizada a cobertura jornalística sobre a questão da deficiência na Folha de S. Paulo, no Diário dos Campos e na Gazeta do Povo. Longe de se tratar de um estudo de Comunicação Comparada, onde são valorizados apenas aspectos como semelhanças e diferenças entre os veículos analisados, aqui se tem o objetivo

de observar como se dá o agendamento do tema, bem como sua apresentação nas páginas impressas e qual o efeito das rotinas de produção sobre o trabalho dos jornalistas, que também estão inseridos em um contexto particular.

As teorias que embasam a realização da análise proposta são as teorias do jornalismo, apresentadas por Jorge Pedro Sousa e Nelson Traquina, e a hipótese do agenda-setting. Também serão apresentadas, aqui, noções sobre a cidadania das pessoas com deficiência e sobre a cultura organizacional e seus efeitos sobre o jornalismo.

Através desse texto, pretende-se tornar visível a forma como as questões que envolvem as pessoas com deficiências são retratadas, e também demonstrar como o jornalismo pode contribuir para a produção e/ou legitimação de reflexões e discursos inadequados em relação ao tema em questão.

1.1 Compreendendo o Jornalismo

Existem várias perspectivas através das quais é possível discutir o jornalismo. Mas, atrever-se a pensar esse campo é uma tarefa árdua que merece a consideração de diversos fatores, que constituem particularidades de extrema importância no ato de compreensão do *modus operandi* jornalístico. Não se exclui, por exemplo, a noção de noticiabilidade que implica na adoção de critérios profissionais. Também é preciso destacar a influência que as rotinas de produção exercem nesse contexto e, por outro lado, que modos de pensar o jornalismo suscita através do agendamento.

As notícias são construídas mediante o tratamento das informações sobre os aconteci-

mentos. Porém, nem todos os acontecimentos são considerados noticiáveis, é preciso que sejam observados os critérios de noticiabilidade. São esses requisitos, tais como relevância social e atualidade, que determinam que alguns fatos, em detrimento de outros, sejam veiculados como notícia. Buscando esclarecer o conceito de critérios de noticiabilidade, Jorge Pedro Sousa (2002, p. 96) descreve:

Os critérios de noticiabilidade geralmente incluem, sob a forma de uma lista, fatores como a oportunidade, a proximidade, a importância, o impacto ou consequência, o interesse, o conflito ou a controvérsia, a negatividade, a frequência, a dramatização, a crise, o desvio, o sensacionalismo, a proeminência das pessoas envolvidas, a novidade, a excentricidade e a singularidade.

Por outro lado, além de popularizar discursos através das notícias, o jornalismo também exerce influências sobre o modo de pensar os assuntos divulgados pela imprensa (TRAQUINA, 2004, p.203). E essa capacidade que os meios de comunicação têm de realizar o agendamento das discussões em curso na sociedade tem forte relação com a responsabilidade sobre a forma como os fatos são relatados.

Essa noção de agendamento, ou agenda-setting, tem origem em um estudo sobre eleições políticas, de autoria de Maxwell McCombs, que concluiu que os discursos veiculados através da imprensa podem exercer poderosas influências nas opiniões praticadas na esfera pública (TRAQUINA, 2004, p. 204). Por exemplo, quanto mais um jornal divulga notícias sobre determinado fato,

mais as pessoas que se beneficiam desse meio devem discutir esse assunto (SOUSA, 2002, p. 159). Ainda assim, o agendamento não está relacionado apenas à frequência dos assuntos abordados, pois o jornalismo também opera através dos enquadramentos em que as notícias são veiculadas.

O enquadramento é o modo como o fato noticioso é relatado, podendo ser observado desde o espaço destinado para determinada notícia, até a escolha das fontes que estarão presentes no texto jornalístico. Sendo que, ao selecionar a fonte, de certa maneira, o jornalista já está escolhendo a forma que irá relatar a notícia.

Nessa mesma linha de seleção de enquadramentos e fontes, é possível estender esse raciocínio ao âmbito das organizações ou empresas jornalísticas. Pois esse recorte permite a compreensão da influência das rotinas de produção sobre o trabalho jornalístico e, também, o reconhecimento dos constrangimentos sofridos pelos jornalistas mediante a adaptação em um determinado ambiente profissional.

Antes da reflexão em torno das rotinas jornalísticas, é preciso compreender as implicações do reconhecimento de um meio de comunicação enquanto organização empresarial. Nelson Traquina apresenta os avanços produzidos pelo sociólogo norte-americano Warren Breed, no campo dos estudos da teoria organizacional. Autor do livro "Controle social da redação: Uma análise funcional", Breed discute a forma como ocorre a socialização do jornalista dentro de uma redação (TRAQUINA, 2004, p. 152). Traquina (2004, p. 158) apresenta a teoria organizacional da seguinte forma:

Assim, segundo a teoria organizacional, as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística. O jornalista sabe que o seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. O jornalista tem que se antecipar às expectativas dos seus superiores para evitar os retoques dos seus textos (trabalho suplementar para a organização) e as reprimendas – dois meios que fazem parte do sistema de controle, e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha de suas tarefas, e a sua promoção – quer dizer, nada menos que a sua carreira profissional.

Além disso, também é necessário destacar que as organizações jornalísticas, enquanto empresas, visam o lucro financeiro. O que, no campo da viabilização publicitária, pode determinar o conteúdo jornalístico. “O espaço ocupado pela publicidade intervém diretamente na produção do produto jornalístico. Por exemplo, na imprensa, os jornalistas enchem o espaço em aberto deixado pela publicidade” (TRAQUINA, 2004, p. 158).

A lógica empresarial também está relacionada com a estrutura redacional que determinado veículo de comunicação possui, e que pode variar em relação à abrangência do veículo (a área coberta pode ser local, regional ou nacional, e isso implica em diferenças em termos estruturais). Dessa forma, a carga de trabalho individual do jornalista acaba sendo muito alta, fato que, somado à pressão das horas de fechamento, define a atividade jornalística como uma subordinada das questões espaço-tempo.

Diante da impossibilidade do amplo acesso a todos os ambientes em que as notícias são produzidas e também mediante a restrição temporal sofrida, o jornalista recai na rotinização de uma série de procedimentos que são responsáveis por sistematizar a atividade jornalística. Esses procedimentos constituem parte do que se entende por rotinas de produção. Jorge Pedro Sousa (2002, p. 48) explica esse conceito da seguinte maneira:

Podemos considerar que rotinas são os processos convencionalizados e algo mecanicista de produção de alguma coisa que, sem excluir que determinadas pessoas tenham rotinas próprias ou que a cultura e o meio social afetem essa produção, me parece obedecerem essencialmente a fatores socioorganizacionais.

As rotinas de produção funcionam, portanto, como sistema organizador do trabalho nos meios de comunicação, mas também podem atuar como um mecanismo de defesa para justificar certas posturas da imprensa. Pois, uma vez que sistematizam a produção jornalística, e também diante das já citadas limitações espaço-temporais, as rotinas podem servir de anteparo para o fato de os meios de comunicação excluírem de sua pauta o aprofundamento e a abordagem de determinados temas.

Outro risco destacado por Sousa (2002, p. 51) está relacionado com a rotinização da busca por fontes oficiais (aquelas que têm mais credibilidade e autoridade para falar sobre um assunto), o que resulta em uma institucionalização dessas mesmas fontes, fazendo com que o trabalho jornalístico caia na “dependência dos canais de rotina”. Jorge

Pedro Sousa chega a declarar que as rotinas constituem um obstáculo à “abertura democrática e polifônica” dos meios de comunicação à sociedade.

E em relação às implicações diretamente no conteúdo informativo, ou seja, nas notícias, Sousa (2002, p. 52) acrescenta:

As rotinas tornam as notícias semelhantes nos diversos órgãos de comunicação social; esta semelhança poderá dar ao jornalista a sensação de que, se todos fazem igual a ele, é porque a forma como faz as coisas é correta, mas gera uniformidade nos produtos informativos em circulação, o que não traz nada de bom à democracia, que vive das diferenças e dos consensos que se geram apesar dessas diferenças.

Assim sendo, se por um lado as rotinas auxiliam a reduzir a pressão que recai sobre os jornalistas durante o processo produtivo, por outro, acabam determinando a restrição das abordagens nos conteúdos veiculados pela mídia.

Sabe-se, portanto, que o jornalismo obedece a critérios de noticiabilidade no que tange à veiculação de notícias. E que esses critérios são determinados dentro de uma estrutura redacional que está circunscrita a algo maior, a organização jornalística. Esse consenso de idéias aponta, por exemplo, para a possibilidade de alguns critérios jornalísticos serem criados ou então suprimidos, diante de um constrangimento organizacional.

Em segunda instância, os constrangimentos profissionais produzidos pelas rotinas pré-determinam um recorte anterior à própria aplicação dos critérios de avaliação dos fatos que têm potencial noticioso, que é a seleção dos acontecimentos que serão reportados mediante os recursos disponíveis. E esse

fator inscrito na lógica de restrição temporal pode determinar a exclusão de determinados temas da agenda jornalística.

Não se questiona com esse argumento a potência informativa desses meios, o que se discute e se observa enquanto um ponto polêmico é o fato de existir um recorte sobre os fatos que serão noticiados. E não apenas o que se pratica mediante a seleção de enquadramentos e fontes, e sim aquele que exclui de sua pauta a divulgação de notícias sobre determinadas temáticas.

E essa possível exclusão temática, ao ser confrontada com as noções fornecidas pela hipótese do agenda-setting, recai no fato de que, ao terem sua divulgação negligenciada pela imprensa, certos acontecimentos deixam de ter visibilidade junto à sociedade. Ou, realizando uma ressalva, diante da política de institucionalização de fontes, podem estar produzindo discursos equivocados e restritos sobre esses mesmos acontecimentos.

Se esse assunto for, por exemplo, um fato envolvendo a questão da deficiência – que suscita grande polêmica no seio social por envolver questões como o preconceito e a discriminação – então, provavelmente a imprensa estará contribuindo para a manutenção das “vendas sociais” existentes em relação a esse tema. E, ampliando o raio de observação, tem-se ainda um equívoco em relação ao que seria uma premissa básica da imprensa, que é o ato de informar.

Desse modo, essa discussão tem a função de introduzir as noções jornalísticas que são utilizadas durante a análise dos meios jornalísticos que foram objeto desse trabalho. E, conforme aponta Stella Martini (2000, p. 18), uma reflexão sobre a notícia deve dar conta dos diferentes aspectos que estão dire-

tamente relacionados ao processo de produção das notícias.

O jornalismo, em contraposição ao que deveria ser seu ideal autônomo e livre, sofre uma série de restrições determinadas, principalmente, a partir da compreensão da organização jornalística enquanto empresa, uma vez que essa lógica implica na adoção de certos parâmetros e procedimentos que ferem os conteúdos noticiosos e constroem o profissional jornalista. Com isso, pode-se dizer que a notícia é muito mais do que um acontecimento enquadrado sob a ótica dos critérios de noticiabilidade, pois reflete as mazelas de um sistema muito maior.

Depois dessas reflexões preliminares que têm o objetivo de ilustrar o contexto jornalístico que é praticado pelos jornais impressos analisados, e que são dotados de especificidades, passemos agora à questão metodológica.

1.2 O Jornalismo como um método de conhecimento

Ao considerarmos tantas questões envolvendo o jornalismo e a riqueza de possibilidades a serem exploradas, é uma tarefa muito delicada realizar uma opção metodológica, pois é essa decisão que, de certa forma, garante a validade da realização de uma pesquisa. Não adianta nada, por exemplo, encontrar durante o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa diversas noções importantes, que não podem ser apontadas no estudo porque a metodologia não contempla esses indicativos em seus procedimentos.

A bibliografia existente hoje em termos de metodologia de pesquisa em Comunicação é muito genérica e, raramente, encontram-se discussões que busquem propor bases me-

todológicas efetivas para estudos em jornalismo. (Gadini, 2004, p. 2)¹ As reflexões dentro do campo jornalístico deveriam dar conta de suas especificidades, que não são as mesmas da Comunicação.

Sobre a compreensão da pesquisa no campo jornalístico, Gadini (2004, p. 3) acrescenta:

Um exemplo bastante significativo é o fato de que a formação acadêmica na área ainda é muito marcada por uma certa tradição tecnicista, que insiste na afirmação contínua do mito da objetividade e padece de uma espécie de esquecimento de questões cruciais ao entendimento do fenômeno jornalístico, tais como a problematização das relações com as fontes, a tematização, os critérios de noticiabilidade, as rotinas de produção e a multiplicidade de atores e discursos que configuram as condições de produção periodística.

Diante de tantas particularidades que envolvem a produção jornalística e, visando a realização de uma análise (que exige a consideração de muitos fatores que são excluídos das metodologias convencionais), é que se busca reivindicar a formulação de uma metodologia própria – que abarque as noções jornalísticas e, que inclua ainda as particularidades inerentes à pesquisa em questão.

Some-se ainda a isso o fato de que, os autores que elaboram as metodologias já conhecidas em comunicação, geralmente são estrangeiros. Longe de manter uma atitude

¹ Artigo apresentado sob a forma de comunicação oral no IV Encontro de Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, realizado em Ponta Grossa/PR entre os dias 26 e 27 de maio de 2004.

de defender a produção nacional, é preciso atentar para o fato de que o conhecimento produzido no Brasil está sendo sedimentado sobre bases metodológicas produzidas fora de nosso contexto, ou que são elaboradas por autores de áreas que não têm relação direta com o jornalismo. (MEDITSCH, 2005, p. 1)²

Sobre a noção de jornalismo como método de conhecimento, Eduardo Meditsch (2005, p. 8) discute:

Para nós jornalistas, a produção científica é um desafio maior ainda por não se tratar de aprender o método, como pensam os positivistas, mas de trocar o método, na medida em que o jornalismo também é um método de conhecimento. Além de aprender um método novo, temos que nos descondicionar de toda uma internalização do antigo, dos critérios jornalísticos que ajudam em muitos aspectos – como na hora da apresentação dos resultados – mas que atrapalha em alguns momentos a pesquisa científica. O critério jornalístico tende sempre a “cercar” um fenômeno em sua singularidade, considerando todos os aspectos a seu respeito. As ciências, ao contrário, procuram, a partir da visão particular de cada disciplina, definir leis universais, generalizadas a partir do isolamento de uma variável e não da consideração do conjunto delas.

Com base nessas importantes colocações de Eduardo Meditsch e, buscando legitimar o jornalismo como um método de conhecimento, é que se buscou estabelecer uma

metodologia particular, formulada especialmente para atender à delimitação das singularidades que deveriam ser mensuradas para possibilitar uma análise mais aprofundada.

Assim, e com base no conhecimento adquirido durante a graduação (ainda em curso) é que se buscou observar o funcionamento da atividade jornalística. Nesses termos, nota-se que a sistematização do trabalho jornalístico se dá da seguinte forma: pré-pauta, pauta, captação de informações, redação, revisão e edição. Sendo que depois da publicação, ainda existe a possibilidade de um retorno (por exemplo, uma carta de leitor) sobre o assunto reportado. A pré-pauta caracteriza o momento em que se observa uma realidade buscando identificar os fatos que podem vir a ser notícia; a pré-pauta também pode acontecer através de uma sugestão e/ou outros meios. A pauta é a etapa em que se decide o que será contemplado na edição sob a forma de notícia e quais as orientações básicas para se reportar aquele assunto.

Já na captação de informações, acontece uma ampla e variada coleta de dados e depoimentos que ajudam a conhecer e mensurar melhor a realidade que se pretende reconstruir ou reproduzir através da notícia. A redação é o momento onde os dados e informações obtidos devem ser colocados em intersecção com as orientações contidas na pauta sob a forma de um texto jornalístico, que deve ser revisado e muitas vezes até reformulado. A edição é o momento de verificar se as escolhas foram adequadas, se as informações foram sistematizadas da maneira correta, e esse também é o momento onde são suprimidas as informações que não são pertinentes à reportagem do tema.

Foi com base nesse sistema preliminar de reportar assuntos – que teve sua descrição

² Artigo disponível em <http://www.fnpj.org.br/dinamico.php?page=grupos.inc&det=126>. Acesso em 15.08.2005.

realizada de uma maneira simples para permitir uma rápida compreensão, mas que no fundo é muito complexo e marcado por diversas implicações – que foram elaboradas as etapas metodológicas dessa pesquisa.

1.3 Etapas metodológicas

A pré-pauta corresponde ao momento em que se entrou em contato com a bibliografia que envolve o jornalismo e a própria questão da cidadania das pessoas com deficiência, e também corresponde à pré-observação realizada.

A pré-observação é o olhar exploratório sobre os veículos que serão analisados durante a pesquisa (Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos). Essa etapa teve início na primeira semana de abril de 2005 e se estendeu até a primeira semana de setembro de 2005. Sendo que o tempo delimitado para a pré-observação foram os primeiros sete dias dos seis meses escolhidos para o cumprimento dessa etapa.

Essa pré-observação consistiu em realizar o arquivamento dos textos jornalísticos que trouxessem abordagens envolvendo pessoas com deficiências ou a própria questão da deficiência. O recurso para arquivar esse material foi realizar a leitura dos jornais determinados para a análise durante o tempo especificado - atividade que foi cumprida na Hemeroteca da Universidade Estadual de Ponta Grossa e junto aos arquivos do Departamento do curso de Comunicação Social/Jornalismo da mesma instituição – e realizar a fotocópia das páginas que continham os textos jornalísticos pertinentes para a análise.

O momento seguinte, ou etapa da pauta, constitui um passo complementar em relação

ao que foi citado anteriormente. Aqui, após a pré-observação, foram definidas as orientações para a análise do material e, também, é o momento onde foram estabelecidas as categorias de análise, ou os critérios sob os quais os textos jornalísticos selecionados serão analisados. A escolha desses critérios é de vital importância para a pesquisa, pois são as informações requisitadas por esse tópico que irão permitir a realização da análise da cobertura jornalística proposta com base na observação de um conjunto de fatores. Em função de sua importância, a questão das categorias será melhor discutida posteriormente.

A captação de informações é transposta para a pesquisa sob a forma de um segundo olhar sobre os textos jornalísticos selecionados, que agora será direcionado para a análise através da observação das orientações propostas pelas categorias de análise – que foram definidas através da pré-observação dos veículos. Dessa etapa, resultarão as classificações e a qualificação dos textos jornalísticos analisados.

O momento da redação é quando as informações obtidas durante a captação devem ser transformadas em um texto teórico que dê conta de explicitar as conclusões desenvolvidas durante a análise. Depois de tudo redigido, o material deverá ser revisado, porém, antes de sua finalização está prevista uma etapa relativa à edição: que é o momento de retornar aos veículos analisados – Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos – para buscar algumas respostas em relação às conclusões obtidas.

Nesse momento, de posse dos resultados da análise, os veículos serão chamados a justificar o modelo adotado ao reportar assuntos que envolvam pessoas com deficiência, para

que isso seja amarrado a um dos preceitos teóricos da pesquisa: as rotinas de produção. É nesse momento que se poderá ter noção da estrutura redacional de cada veículo, bem como das opções que, provavelmente, refletem suas políticas editoriais. Depois de cumpridas todas essas etapas, o trabalho estará pronto para ser finalizado.

As etapas definidas na metodologia buscam atender às necessidades propostas pelas teorias escolhidas para nortear a realização dessa pesquisa. A questão do agendamento (*agenda-setting*), que implica sobre a maneira como um assunto é reportado e também pela frequência com que é veiculado, foi fundamental para que se optasse por trabalhar com exemplares periódicos de 2005.

Uma vez que, observando um jornal durante o ano corrente da pesquisa pode-se ter (em função do confronto com informações de outras fontes) noção de como o mesmo está reportando os assuntos em questão. Por exemplo, se existe uma discussão em torno de uma política pública importante (que está suscitando inclusive debates sociais) e ela é retratada por um jornal de maneira desinteressada, é porque existe aí uma implicação maior, talvez relacionada a uma política editorial.

Outro ponto importante é o conhecimento sobre o contexto cultural no qual o jornalista está inserido (abordado no início desse capítulo). Essa compreensão auxiliou a identificar quais as características jornalísticas que deveriam compor as categorias de análise. Para exemplificar: dentro da atividade jornalística, as manchetes são definidas (em jornais impressos) com o objetivo de direcionar o olhar do leitor para uma determinada abordagem. Logo, se um assunto não recebe uma manchete que dê conta de sua importância é

porque existe algum equívoco em relação ao interesse sobre sua visibilidade.

1.4 As categorias

As categorias de análise têm o objetivo de direcionar o olhar do pesquisador sobre o material de análise, de mensurar sob que aspectos os textos jornalísticos pesquisados serão analisados. A definição dessas categorias passa pela observação de determinadas características inerentes aos textos, como também é delimitada por critérios jornalísticos particulares.

A definição dessas categorias deve ser competente para possibilitar uma real apreensão das particularidades que motivaram a análise. Pois, a classificação dos textos, ou melhor, sua qualificação (entendendo qualificação como “aquilo que qualifica algo”, “aquilo que é característico de”) será totalmente direcionada pela observação às categorias.

Como essa análise é realizada sobre textos de jornais impressos (no caso, Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos), as categorias foram definidas com base em características que constituem especificidades do meio. Por exemplo, em um jornal impresso somente um assunto merecedor de muito destaque dentro da linha editorial consegue obter uma reportagem extensa. Isso pode parecer óbvio, mas é esse tipo de ocorrência que ajuda a definir que assuntos estão sendo privilegiados ou, então, reportados de maneira inadequada.

As categorias definidas para essa pesquisa foram a “Identificação Referencial”, a “Classificação Editorial”, a “Qualificação Estrutural”, a “Variação Fônica” e o “Foco Temático”. As categorias de análise desen-

volvidas serão explicadas em seguida.

Identificação Referencial:

Essa categoria está relacionada ao uso das manchetes e títulos. Por serem muitas vezes cuidadosamente preparados pelos jornalistas, e por constituírem o primeiro contato do leitor com o texto da reportagem – sendo que muitas vezes funcionam como atrativos para a leitura – esses elementos jornalísticos são muito importantes dentro da realização de uma análise.

De acordo com Maria Alice Faria, no texto *Manchetes e Títulos no Jornalismo Impresso Brasileiro: o dito e o não-dito*, as manchetes (títulos de maior importância dentro de uma edição) e os títulos das notícias têm o poder de impressionar.

Para Maria Alice (?, P. 196):

As funções das manchetes e títulos são, pois: em primeiro lugar, atrair o olhar do leitor, em segundo, permitir-lhe decidir o que quer ler, mas ao mesmo tempo estimulá-lo a ler o texto todo da notícia. Visualmente, eles ajudam a estruturar a página, tornando-a mais atraente. E, por fim, manchetes e títulos contribuem para dar ao leitor crítico uma imagem de identidade do jornal ou de sua linha de informações.

Dentro da “Identificação Referencial”, o texto analisado pode ser enquadrado sob os seguintes aspectos: quando o título ou manchete realiza a referência à deficiência, quando superestima a questão da deficiência (por exemplo, através de um apelo emocional), ou quando não menciona nada sobre deficiência.

Classificação Editorial:

Essa categoria versa sobre a editoria na qual o texto jornalístico foi enquadrado. Um tema pode aparecer em um jornal como um assunto da área de esportes e, em outro, aparecer sob a editoria de saúde. Isso, além de definir a impressão que o jornalista tem sobre o assunto reportado, também direciona a compreensão sobre o assunto. A classificação editorial dentro da cobertura jornalística sobre deficiência está centrada basicamente em três vertentes: saúde, geral e esportes. Sendo que essas compreensões podem variar de um veículo para outro – no caso do presente estudo tem-se três veículos: Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo e Diário dos Campos.

Qualificação Estrutural:

Esta categoria está relacionada com a forma com que a estrutura do texto foi organizada, que está ligada diretamente a três características da apresentação dos textos jornalísticos em jornais impressos: extensão (relativa ao espaço ocupado pelo texto na página impressa), profundidade (diretamente ligada à extensão, relaciona-se com o nível informacional do texto. Por exemplo, se o texto é apenas factual ou se vai além disso) e posição na página.

Variação Fônica:

A “Variação Fônica” está ligada às vozes presentes no texto jornalístico, ou seja, as fontes de que o jornalista dispõe para reportar um assunto. A questão das fontes possui uma grande importância na compreensão e análise de um texto jornalístico.

De maneira preliminar, pode-se subdividir essa categoria em quatro elementos básicos de classificação: a) o texto possui apenas

uma fonte: a fonte é oficial (representa uma autoridade, uma entidade, ou um poder, por exemplo, o legislativo), a fonte é uma pessoa com deficiência, a fonte é um parente de uma pessoa com deficiência ou outra pessoa da comunidade; b) o texto apresenta mais de uma fonte: uma das fontes é uma pessoa com deficiência, nenhuma das fontes é uma pessoa com deficiência.

Em função da importância de discutir também a busca por fontes alternativas, essa categoria voltará a ser discutida nos capítulos posteriores.

Foco Temático:

O “Foco Temático” está ligado à variação de temas centrais quando a questão da deficiência é reportada. Essa categoria é importante porque permite identificar quando um assunto está sendo abordado de maneira tangencial, apenas como pano de fundo.

As variações, definidas previamente dentro da pré-observação, apontam para a existência de seis grandes focos temáticos: a questão central envolve instituições e entidades, políticas públicas, direitos e cidadania, questões pessoais (pode ser qualquer assunto que esteja diretamente relacionado à pessoa enquanto indivíduo), família e preconceito/discriminação.

A previsão é de que cada uma dessas categorias, dentro da análise, se transforme em um capítulo que permita discutir cada aspecto particular de maneira específica.

Depois de compreendido o universo da pesquisa, é preciso entender melhor como se deu o desenvolvimento da cidadania das pessoas com deficiências. Esse será o tema do próximo capítulo e constitui uma peça importante para se compreender a importân-

cia dos resultados que serão obtidos através dessa pesquisa.

2 Pessoas com deficiência ao longo do tempo: Uma história de cidadania

Sempre existiram pessoas com deficiências. A diferença em questão se deu apenas no campo da sociedade em geral em relação a essas pessoas. Os astecas, por exemplo, mantinham aqueles que apresentavam alguma deficiência em lugares semelhantes aos nossos zoológicos, para que ficassem em exposição. Já os hebreus viam as deficiências como uma espécie de punição divina, impureza ou pecado (BEVERANÇO, 2002, p.20).

Segundo Rosana Beraldi Beveranço (2001, p. 20), os gregos foram os primeiros a elaborar um sistema de sustento e amparo aos carentes e inválidos (semelhante à nossa Assistência Social), e também tiveram em sua história, muitos personagens que apresentavam deficiências (o poeta Homero e o filósofo Demócrito eram cegos) e também figuras mitológicas, como por exemplo, a deusa da justiça que também era privada do sentido da visão. Entretanto, na Grécia Antiga, a Lei das XII Tábuas dava autorização para o patriarca eliminar os filhos que fossem malformados.

Atitudes como essas, de isolamento e eliminação, eram comuns entre os povos guerreiros da Antigüidade (BEVERANÇO, 2001, p. 126). E isso marcou um longo período da história, que hoje é conhecido como um momento em que a política, em relação às pessoas com deficiências, era de exclusão.

Beveranço (2001, p. 15) afirma que atitu-

des como a exclusão, marginalização e a discriminação fizeram parte da história das pessoas com deficiências desde os tempos mais antigos, nas mais variadas sociedades, inclusive através de ações assistenciais. Sobre o processo de exclusão, Beveranço (2001, p. 18) cita o autor Fonseca Alves:

Haveria assim, o sistema de exclusão que se dá pela relação com o trabalho, uma vez que em toda sociedade há sempre aqueles que não fazem parte do circuito da produção econômica. Há também o sistema de exclusão que se dá em relação à família, na medida em que há sempre aqueles que em uma dada sociedade estão à margem em relação à reprodução desta mesma sociedade. Ao lado destes, se organiza ainda, um sistema de exclusão em relação à palavra, que marginaliza e exclui alguns indivíduos do sistema de produção e circulação dos símbolos. E, por fim, há um sistema de exclusão que se forma em torno da produção lúdica, na medida em que coloca certos indivíduos à margem daquilo que é da ordem do jogo, do lúdico.

Esse paradigma de exclusão foi o que prevaleceu por muito tempo. Porém, segundo Beveranço (2001, p.21), com o advento do Cristianismo surgiram os primeiros hospitais, fato que marcou o início da segregação institucional das pessoas com deficiências. Durante a Idade Média (BEVERANÇO, 2001, p. 22), quando havia uma profusão de histórias fantásticas e credices em torno de tudo e inclusive das pessoas com deficiências, existiam hospitais e abrigos (incluindo mosteiros) onde aqueles que possuíam características que fugissem ao

padrão da “normalidade” eram literalmente “enclausurados”. Nesse período histórico também, as pessoas com deficiências eram usualmente abrigadas em castelos para divertir a corte (“bobos da corte”).

Michel Foucault também aborda, ainda que de uma maneira tangencial, a segregação das pessoas com deficiências – que foi a política que substituiu o modelo de exclusão - ao tratar do Hospital Geral. Nessas instituições eram abrigadas toda a sorte de pessoas que possuíam características consideradas nocivas ao convívio social. Ao tratar de um recenseamento de 1690, em seu livro *A História da Loucura*, Foucault cita o internamento de “69 inocentes malformados e disformes”. Para o filósofo que discutiu as bases da “normalidade” ao apresentar ao mundo a história da loucura, o internamento no hospital geral não tinha apenas um papel negativo, pois significava também um instrumento de organização social. Além disso, em comparação ao modelo de exclusão, a política de segregação das pessoas com deficiências em instituições fechadas significou para o período um progresso humanitário.

Essa política de segregação institucional persistiu até a década de 1940 (segundo informações veiculadas na série *Diversidade*, volume *Mídia e Deficiência*), quando o paradigma de segregação foi substituído pelo modelo de integração, que prevê a adaptação das pessoas com deficiências ao meio social.

A publicação *Mídia e Deficiência*, da Fundação Banco do Brasil e ANDI (2003, p. 19) traz sobre o paradigma de integração:

A integração nos induz a acreditar que podemos escolher quais seres humanos têm direito a estar nas escolas, nos parques de diversões, nas igrejas, nos ambi-

entes de trabalho, em todos os lugares. É praticado há décadas mas, desde os anos 80, começou a ser questionado pelo então emergente movimento internacional das organizações de pessoas com deficiência. Este movimento denunciou a injustiça do modelo integrativo, que só aceitava inserir na sociedade as pessoas com deficiência que fossem consideradas prontas – ou quase prontas – para conviver nos sistemas sociais gerais. Prontas no sentido de aptas para aprender, trabalhar, se expressar, se locomover mais ou menos bem pelas ruas das cidades. E caso não estivessem prontas? Que se esforçassem para estar...

Aos poucos, a política de integração foi sendo questionada e, hoje, discute-se a implantação de um modelo inclusivo. A título de comparação, por exemplo, o modelo de integração prevê que crianças com deficiências estudem em escolas normais, porém, em classes especiais. Ou seja, é uma maneira de estar convivendo com a sociedade dita “normal”, mas em um todo à parte.

O modelo inclusivo proposto atualmente avança no sentido em que busca melhores condições de vida não só para as pessoas com deficiências, mas também para outros grupos sociais marginalizados. Dessa forma, existe um comprometimento com todas as minorias e não só em relação às pessoas com deficiências.

Segundo a obra *Mídia e Deficiência*, publicação conjunta da Fundação do Banco do Brasil e da ANDI (2003, p. 20), a inclusão é além de um movimento com características políticas, uma filosofia onde *incluir* significa que todos têm o direito de participar ativa-

mente da sociedade. “A inclusão é para todos porque somos diferentes”, Cláudia Werneck.

2.1 Conquistas de Cidadania

Existem muitos documentos que tratam da cidadania para as pessoas com deficiência internacionalmente. Existem mais de dez documentos importantes que tratam dessas questões, entre eles estão a Convenção da Guatemala (1999) e a Declaração de Quito (2003).

Entre as principais conquistas de cidadania previstas nesses documentos (que serão apresentados de maneira introdutória com caráter de apresentação sob a forma de apêndice no texto final dessa monografia) estão questões ligadas aos direitos das pessoas com deficiência, às medidas de acessibilidade (em termos espaciais e também no campo dos direitos) e também em torno da dignidade dessas pessoas.

A cidadania das pessoas com deficiências (de todos na verdade) e suas implicações dentro do jornalismo vão muito além do simples ato de reportar exemplos bonitos e divulgar iniciativas. Adelmo Genro, em “*O Segredo da Pirâmide*”, chama a atenção para o conflito existente entre a cidadania real e a cidadania imaginária. Para Genro, existe uma profunda diferença entre a cidadania real e a “cidadania potencial” que se evidencia no capitalismo.

O ideal chamado de burguês pelo autor em torno da cidadania aponta para uma “situação prática e efetiva de universalidade de indivíduos”. Cidadania essa que também abarca toda sorte de desigualdades encontradas em nossa sociedade. Para Adelmo, o jornalismo informativo reforça determinadas condições imaginárias de cidadania.

Dessa forma, e observando os pontos destacados por Adelmo, é preciso que os jornalistas tenham capacidade e interesse em refletir sobre que tipo de cobertura jornalística está se produzindo sobre as questões que envolvem as deficiências. E faz-se necessário, também, compreender que a cidadania não se restringe a um efeito de discurso ou a ações filantrópicas, ela está relacionada a um direito legítimo de expressão que, inclusive, garante o acesso aos meios de divulgação competentes.

Ainda assim, e mesmo que algumas pessoas insistam em não enxergar, as pessoas com deficiências são, antes de tudo, cidadãos que têm todos os direitos que os “normais” possuem – inclusive o direito de ter acesso a uma informação de qualidade e de não ter sua imagem distorcida. E o jornalismo informativo, por ser um meio prioritário para a obtenção de informações, e também por ser investido de credibilidade por parte dos consumidores da informação, exerce um importante papel no que tange ao esclarecimento da sociedade em torno dos direitos das pessoas com deficiências.

2.2 Políticas Públicas, documentos e Ong's

A conquista da cidadania para as pessoas com deficiência vem acontecendo através de um longo percurso. Desde os direitos mínimos até as políticas que prevêm mudanças nas estruturas da sociedade, tudo isso está circunscrito à um processo muito maior: o da luta pelo reconhecimento de que o “ser diferente” é algo normal.

Hoje vivemos um momento onde se busca introduzir na sociedade a compreensão do modelo de política inclusiva. Porém, an-

tes de chegarmos à esse ponto, muitas outras lutas compuseram esse caminho. No volume “Retratos da Deficiência no Brasil”, série Diversidade (Fundação Banco do Brasil e ANDI, 2003, p. 97), está contida uma importante reflexão sobre as formas de políticas públicas relacionadas às pessoas com deficiências. Essas políticas podem ser classificadas em duas vertentes: a das políticas estruturais e, as operacionais.

A primeira vertente relaciona-se com o interesse em preparar os segmentos sociais para permitir o convívio com as pessoas com deficiência. Nesse campo estão inseridas questões que envolvem desde os incentivos obtidos através de ações de responsabilidade social até à flexibilização do mercado de trabalho. As políticas operacionais, contempladas pela segunda vertente classificatória, de certa forma complementam as iniciativas propostas pelas políticas estruturais, porque versam sobre a viabilidade de ações verificáveis na prática. Nesse campo se enquadram as adequações dos ambientes, os benefícios assistenciais, a eliminação de barreiras arquitetônicas e muitas outras ações ligadas à necessidades consideradas mais emergenciais por terem relação com a questão da acessibilidade.

As políticas públicas, que tratam principalmente do cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência, em geral são elaboradas com o intuito de eliminarem ou amenizarem os efeitos das barreiras funcionais (ligadas ao campo da realização das atividades práticas do cotidiano), e das de origem social (que envolvem o posicionamento de determinados setores da sociedade, por exemplo). A Fundação do Banco do Brasil e a ANDI, na série Diversidade (volume Retratos da Deficiência, 2003, pág. 97), distinguem quatro

tipos principais de barreiras que influenciam a formulação de políticas públicas: as arquitetônicas, as funcionais, a discriminação e o preconceito. Sendo que, normalmente, as políticas públicas versam sobre alterações que influenciam as relações estabelecidas em ambientes como o mercado de trabalho, família, educação, espaços de convívio social e campos de participação política.

2.3 Documentos importantes

Muitas lutas dos movimentos sociais que defendem os direitos das pessoas com deficiência estão reunidos em mais de dez documentos e declarações internacionais e nacionais apresentados à sociedade. Esses documentos, obtidos a partir de discussões entre diversos segmentos sociais, buscam trazer para a sociedade as principais reivindicações das pessoas com deficiências (FBB e ANDI, 2003, p. 30).

No final da década de 60, houve nos Estados Unidos um importante movimento que influenciou algumas mudanças na sociedade da época. Pessoas que eram marginalizadas da sociedade por apresentarem deficiências severas articularam o “Movimento de Vida Independente”. Essa mobilização resultou no estabelecimento de diversos “Centros de Vida Independente” ao longo do mundo, que foram importantes agentes na luta pela reivindicação da acessibilidade em diversos setores sociais, como no campo educacional e no ambiente de trabalho. Mais tarde, em setembro de 1999, a “Declaração de Washington”, reafirmava ainda planos de ações para promover e disseminar o ideal de Vida Independente.

Algum tempo depois, em 9 de dezembro de 1975, foi formulada a “Declaração

dos Direitos das Pessoas Deficientes”, que tratava dos direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência. No Brasil, mais especificamente, esses movimentos ganharam mais visibilidade em meados de 80, principalmente com o estabelecimento do “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” em 1981. Nesse mesmo ano, houveram dois outros importantes marcos: a “Declaração de Cuenca”, que reivindica a eliminação de barreiras espaciais e a participação efetiva das pessoas com deficiência em discussões que envolvem seus direitos; e a “Declaração de Princípios”, que tem como bandeira a equiparação de oportunidades nos ambientes sociais para favorecer a acessibilidades de todos.

Em dezembro do ano seguinte, teve início o “Programa Mundial de Ação Concernente às Pessoas com Deficiência”. Este, apresentava algumas diretrizes voltadas para ações nacionais e internacionais, e atividades ligadas ao próprio programa.

No ano de 1983, com a “Declaração de Cave Hill”, as pessoas com deficiência tiveram uma importante conquista no campo da cidadania. Uma vez que esse documento foi “um dos primeiros a condenar a imagem das pessoas com deficiência como cidadãos de segunda categoria” (FBB e ANDI, vol. I, 2003, p. 30). Nesse mesmo ano, em 20 de junho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentou a “Convenção nº 159”, que atualizou alguns princípios para o estabelecimento de políticas de reabilitação profissional para pessoas com deficiência.

Os anos 90 foram considerados pela ONU (Organização das Nações Unidas) como a Década das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas”. A ONU também efetivou, em dezembro de 1991, a “Resolução nº 45” que

propôs a execução do “Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência”. A ONU estabeleceu ainda, em 93, as “Normas para a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”. Estas, previam medidas para implementar a igualdade no campo de participação cidadã na esfera social.

Um dos mais famosos marcos internacionais, a “Convenção da Guatemala” – ou “Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência”, de 28 de maio de 1999 e que foi promulgada no Brasil através de um decreto – define a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência que impeça de alguma forma o exercício, por parte das pessoas com deficiência, de seus direitos como cidadãos. (Artigo 1, nº 2, “a”)

No mesmo ano em que foi divulgada a “Convenção da Guatemala”, também foi elaborada a “Carta para o Terceiro Milênio da Reabilitação Internacional”, que busca proteger os direitos das pessoas com deficiências e prevê alguns aspectos de sua inclusão na sociedade.

Desse momento em diante, a mudança da forma de pensar de alguns segmentos sociais, já antecipa a alteração do paradigma de integração para o de inclusão. É provável que essa transformação tenha sido influenciada, em alguma medida, pela resolução da ONU, de 1990, que trata de conclamar a sociedade à construir uma sociedade para todos em vinte anos.

Essa influência vem surtir efeito, de forma mais efetiva, a partir de 2001 com a “Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão”, que chama a comunidade para a inclu-

são. Em 2002, a “Declaração de Madri” vem para complementar esse contexto, apresentando a base conceitual necessária para a formação de uma sociedade inclusiva. Esse documento traz, inclusive, informações sobre o compromisso da mídia nesse processo.

Nesse ano também, aconteceu um encontro no Japão entre participantes da Organização Mundial de Pessoas com Deficiência, que resultou na elaboração da “Declaração de Sapporo” que versa, entre outros temas, sob a Vida Independente e a Educação Inclusiva.

Durante esse período, alguns participantes da Rede Ibero-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e Familiares formularam a “Declaração de Caracas”. Menos de um ano depois, surge a “Declaração de Kochi”, que afirma que a sociedade já tem conhecimento suficiente para superar as barreiras existentes e, para incluir pessoas com deficiência no sistema educacional. No mesmo ano, 2003, os governos latino-americanos manifestaram através da “Declaração de Quito” a necessidade de estabelecer uma Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência.

2.4 Influências no Contexto Brasileiro

As pressões realizadas pelos movimentos sociais que defendem a cidadania das pessoas com deficiência, vêm aos poucos surtindo efeito. O ano de 2004, por exemplo, foi considerado no Brasil, por influência da “Declaração de Caracas”, o “Ano Ibero-Americano das Pessoas com Deficiência”. Essa iniciativa foi responsável por estimular, no ter-

ritório nacional, a criação de uma série de políticas públicas. Inclusive, em setembro deste ano, o Ministério da Saúde promoveu um evento para avaliar as ações em curso no país, o “Seminário de Avaliação das Políticas Públicas Dirigidas às Pessoas com Deficiência”.

O Brasil, no campo de elaboração de políticas públicas para pessoas com deficiência, está cada vez mais atuante. Em 2005, ano atual, o Governo Federal lançou um programa de Educação Inclusiva, que vêm sendo discutido ao longo do país em palestras e seminários para a comunidade. Isso é fruto da elaboração de uma lei estabelecidas no ano passado (Lei 10.845 de 05 de março de 2004) que instituem o PAED – Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência.

O governo brasileiro também estabeleceu, de 17 à 23 de outubro, a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Na ocasião, aconteceu um seminário envolvendo uma série de atividades que tiveram como objetivo destacar os valores das pessoas com deficiência. Durante esse seminário também houve o lançamento da cartilha elaborada pela Comissão de Acessibilidade do Senado Federal, intitulada “Acessibilidade: Passaporte para a cidadania das pessoas com deficiência – Orientações Básicas para a Inclusão das Pessoas com Deficiência”.

2.5 Legislação

Esses são apenas alguns exemplos de conquistas dos direitos das pessoas com deficiência, porém, ainda existem muitas outras que estão traduzidas sob a forma de leis e decretos presentes na legislação.

O Decreto nº 3.298 (20/12/1999) regulamenta as três mais importantes leis brasileiras que versam sobre os direitos das pessoas com deficiência: a Lei 7.853 (29/10/1989), conhecida como a Lei da Corde – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – que trata dos direitos à saúde, à educação e ao trabalho; Lei 8.112 (11/12/1990) que estabelece a reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos, desde que suas habilidades sejam compatíveis com as exigidas para o exercício da função que estiver pleiteando; e a Lei Federal 8.213 (25/07/1991) que prevê que as empresas com cem ou mais funcionários, reservem de 2% à 5% de suas vagas para pessoas com deficiência. A não sensibilização dos empresários, resultou na publicação da Portaria 4.677 (21/07/1998), do Ministério da Previdência e Assistência Social que obriga que as empresas com mais de cem funcionários efetivem a contratação de 2% à 5% de pessoas com deficiências.

A Lei 8.742 (07/12/1993) dispõe sobre a Lei Orgânica de Assistência Social que trata, entre outros fatores, do Benefício de Prestação Continuada que será discutido mais adiante.

O CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – foi criado a partir da aprovação de uma medida provisória (MP nº 1.799-6, 10/07/1999). A prioridade no atendimento de pessoas com deficiências (que inclui também outros como gestantes e idosos) em ambientes públicos também resulta de um benefício legal (Lei 10.048, 08/12/2000).

O passe livre para pessoas com deficiência carentes é fruto da aprovação de um decreto (3.691, 19/12/2000) que regulamenta a Lei 8.899 (26/06/1994), que também dis-

põe sobre questões que envolvem o transporte de pessoas com deficiência. Por exemplo, o prazo para a substituição de veículos por outros adequados ao transporte de pessoas que têm alguma deficiência pelas empresas de transporte coletivo, é de dez anos de acordo com as leis regulamentadas pelo Decreto 5.296 (L 10.048 e L 10.098).

Outra lei importante é a que reconhece a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais – e outros recursos de expressão do gênero (L 10.436, 24/07/2002) como meios legais de comunicação.

A Secretaria dos Direitos Humanos também instituiu o Programa de Valorização Profissional da Pessoa com Deficiência através de um instrumento legal (Portaria nº 22, 30/04/2003).

O Brasil também possui outras leis relacionadas às pessoas com deficiência que dispõem sobre ações preventivas (viabilizadas através da execução de programas, por exemplo, de imunização e planejamento familiar), e concessão de ajudas técnicas (consistem em elementos auxiliares como órteses, próteses e bolsas coletoras) através do SUS – Sistema Único de Saúde.

A legislação brasileira contempla de uma forma muito competente as questões que envolvem a cidadania das pessoas com deficiência. Mas, o fato de tais leis existirem não garante que os quase 25 milhões de brasileiros com deficiência tenham pleno acesso à esses benefícios. E, muitas vezes, o exercício desses direitos esbarra em necessidades informacionais que precisam ser atendidas através do trabalho das entidades representativas, de campanhas governamentais e, também da ação dos meios de comunicação em geral.

Um exemplo disso é a isenção de im-

postos sobre a aquisição de veículos automotores para pessoas com deficiências, que tenham filhos com algum tipo de deficiência, ou que trabalhem transportando de pessoas que necessitem de acomodações diferenciadas durante o transporte. Com isso, o custo de aquisição do veículo sofre uma redução de 30% à 35% no valor de compra. Esse é um importante incentivo para pessoas com deficiências que dependam de transporte, porém, pouquíssimas pessoas têm conhecimento disso.

2.6 Entraves Políticos

Em janeiro de 96, o Governo Federal instituiu o BPC – Benefício de Prestação Continuada, de caráter compensatório que garante o pagamento de um salário mínimo mensal à idosos e pessoas com deficiências que estejam comprovadamente fora da cobertura previdenciária, e que tenham renda familiar *per capita* (valor total da renda familiar é dividido pelo número de integrantes do núcleo familiar) seja inferior $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

Alguns grupos consideram essa política equivocada porque ela poderia interferir de maneira negativa no interesse de algumas pessoas com deficiências de lutarem pela valorização de seu reconhecimento profissional e aceitação no mercado de trabalho.

Outra questão que causa polêmica na sociedade refere-se à formulação de ações afirmativas - elaboradas para servir como um suporte paliativo aplicado em situações onde estejam em curso situações que ferem os direitos de cidadão, por exemplo, ambientes que não conseguem promover o acesso de determinada camada social caracterizada por um segmento social marginalizado – que têm

como uma de suas ferramentas, a política de cotas. No caso específico das pessoas com deficiências, essa política está relacionada à inserção no mercado de trabalho, conforme foi discutido anteriormente.

Todas as questões que envolvem conquistas de cidadania, que foram parcialmente descritas nesse capítulo, são importantes instrumentos para promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Entretanto, elas refletem apenas parte do processo, pois é preciso que a sociedade reconheça e respeite a existência desses mecanismos de maneira efetiva e, também que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência possam de fato saber e vivenciar a existência de seus direitos assegurados pela legislação.